



**Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD**

HEIDIANNY NUNES DE OLIVEIRA

A TRADIÇÃO GRAMATICAL E O GÊNERO NA REVISÃO DE TEXTOS

**Brasília
2016**

HEIDIANNY NUNES DE OLIVEIRA

A TRADIÇÃO GRAMATICAL E O GÊNERO NA REVISÃO DE TEXTOS

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Revisão de Textos.

Orientador: Prof.^a MSc. Denise Silva Macedo

**Brasília
2016**

HEIDIANNY NUNES DE OLIVEIRA

A TRADIÇÃO GRAMATICAL E O GÊNERO NA REVISÃO DE TEXTOS

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Revisão de Textos.

Orientador: Prof.^a MSc. Denise Silva Macedo

Brasília, ____ de _____ de 2016.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Gilson Ciarallo

Prof.^a Dra. Edineide dos Santos Silva

Meus agradecimentos,

À minha orientadora, pela paciência e motivação.

Aos meus colegas de classe, que tanto me inspiraram.

À minha família, que sempre me impulsiona e me motiva.

RESUMO

A revisão de textos é frequentemente confundida com a correção de textos. Essa é uma visão reduzida de um profissional que passa pelo texto com a missão de eliminar os erros morfosintáticos e averiguar a ortografia. Há vários estudos atuais que buscam quebrar esse paradigma e propor uma nova percepção das atribuições, das habilidades e do perfil do revisor. O objetivo deste trabalho é percorrer as definições diacrônicas e sincrônicas da revisão de textos e, ao mesmo tempo, demonstrar a necessidade de se promover uma revisão crítica, que se aprofunda no propósito social e discursivo do texto, condicionando qualquer intervenção ao gênero. Os resultados desta pesquisa sugerem que o profissional de revisão, comprometido com a melhora do texto sob sua responsabilidade, não se atém exclusivamente à superfície textual e aos preceitos gramaticais para realizar seu trabalho, isso em razão das lacunas deixadas pelas normas diante do dinamismo da linguagem e porque ele se condiciona, de fato, à prática discursiva da qual o texto surge. O revisor, nessa perspectiva, é um leitor crítico, que averigua se o texto cumpre seu objetivo com clareza e de forma adequada à prática social em que está inserido, como uma espécie de parceiro de quem constrói o discurso, sempre com respeito à obra e sem nenhuma pretensão de autoria.

Palavras-chave: Revisão de Textos. Gênero. Prática Social. Prática Discursiva.

ABSTRACT

The proofreading is often confused with the correction of texts. This is a reduced vision of a professional who passes by the text with the mission to remove the morphosyntactic mistakes and to check the orthography. There are several current studies that try to break this paradigm, offering a brand new vision of the attributions, skills and profile of the professional. The target of this work is to go through the diachronic and synchronic definitions of the proofreading and, at the same time, demonstrate the need to promote a critical review, which goes deeper into the social and discursive target of the text, conditioning any intervention to the text genre. The results of this research tell us that the proofreader, committed with the improvement of the text under his responsibility, doesn't work exclusively in the text surface and in the grammatical precepts, due to the gaps left by the language standards, regarding to the language dynamism and because it is conditioned, in fact, to the discursive practice that appears in the text. The proofreader, in fact, is a critical reader, because he checks the text as a whole thing, searching for clarity and the best form to be understood in its genre peculiarities, as regards to its social practice, like a kind of partner in the text construction, always respecting the original idea and with no authorship claim.

key words: Proofreading. Text genre. Social practice. Discursive practice.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 – CONSIDERAÇÕES DIACRÔNICAS E SINCRÔNICAS ACERCA DA REVISÃO	9
2 – GÊNEROS DISCURSIVOS	15
3 – METODOLOGIA	26
4 – REVISÃO À LUZ DA TEORIA DE GÊNERO	26
CONCLUSÃO	39
REFERÊNCIAS	41

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, intitulado “A tradição gramatical e o gênero na revisão de textos”, intenciona identificar os desafios do revisor diante da diversidade de gêneros envolvidos nessa prática, uma tarefa que exige ir além dos preceitos da tradição gramatical. O tema apresentado relaciona-se estritamente ao conteúdo do curso de Pós-Graduação em Revisão de Textos do Centro Universitário de Brasília e se apresenta como proposta de possíveis contribuições ao ofício da revisão, incitando uma reflexão acerca do processo de revisão de textos à luz dos conceitos de gênero.

Definir o trabalho de um revisor de textos não é uma tarefa fácil, uma vez que o conceito de revisão é frequentemente confundido com o de correção de textos, o que ocorre devido à função básica desse profissional ser, de fato, tratar das incorreções gramaticais, dos erros sintáticos e dos recursos linguísticos. Entretanto, defende-se que cumpre ao revisor extrapolar o conhecimento teórico gramatical e lançar olhar aos gêneros. Eis o objetivo deste estudo: refletir a prática da revisão sob essa perspectiva.

O presente trabalho surgiu da ideia de levantar questões acerca dos critérios para revisão de textos, valendo-se de situações práticas do revisor diante de diversos gêneros textuais. Descrever os desafios do revisor de textos compreende a tarefa de adentrar ao estudo das teorias do gênero, do discurso, da prática discursiva, bem como das abordagens da linguística moderna. Por essa razão, este estudo abordará conceitos referentes a essas áreas de conhecimento, tendo como base teórica Luiz Antônio Marcuschi (2014), Swales (1990), Bakhtin (1992), Athayde (2011), Aristides Coelho Neto (2008) e Harrison Rocha (2012), bem como discussões e pesquisas que corroboram e complementam esse referencial.

Considerando a complexidade do processo de revisão, que por óbvio requer abordagem técnica e conhecimento linguístico, percebe-se que essa tarefa não se resume a uma revisão de língua portuguesa. É isso que precisa ser repensando e é o que se pretende demonstrar nesta pesquisa, a qual não se restringe a uma reflexão conceitual, tampouco a análises contrastivas de

aplicabilidade do termo *revisão*. O objetivo geral é demonstrar os desafios de um revisor de textos ao ultrapassar a revisão gramatical e ortográfica e posicionar-se como um aperfeiçoador de um produto construído para determinado fim.

Esse objetivo se justifica na evidência de que a tradição gramatical ditada pelas gramáticas normativas não alcança a heterogeneidade de gêneros textuais existentes, o que é vivenciado pelo revisor em seus embates diários com as mais diversas produções textuais, para as quais um bom profissional deve estar capacitado. Quais seriam as habilidades e posturas apropriadas ao revisor são as perguntas desta pesquisa. São esses desafios que estabelecem os limites que devem ser extrapolados pelo revisor.

Diante dessa percepção de revisão de textos como um processo complexo, pretende-se explorar os desafios do revisor ao adequar suas interferências às funções sociocomunicativas de cada gênero, em uma tentativa de materializar o papel do profissional que questiona, que se aprofunda no nível social, ideológico e discursivo de um texto e que não prescinde da teoria dos gêneros, assim como da gramática normativa. Busca-se evidenciar a necessidade de uma revisão crítica, em nível macro e adequada à respectiva prática discursiva, apresentar as contribuições dos estudos sobre gêneros para a revisão de textos, bem como apontar possíveis posturas adequadas diante dos desafios da revisão. O objetivo é perceber a atuação do revisor orientada para as formas linguísticas, para a estrutura morfossintática dos enunciados, assim como para a construção de sentido, analisando texto – visto aqui como a materialização do discurso –, e gênero – prática discursiva que articula discurso e texto. Demonstrar a necessidade de se lançar olhar ao que Marcuschi nomeia de relações contextuais, que são as relações socioculturais e situacionais específicas de cada comunicação, bem como ao que ele caracteriza como relações co-textuais, aquelas que se dão no interior do texto – concordância, anáforas, relações sintáticas e etc.

Para discorrer sobre essas questões, adota-se a estrutura em capítulos: Capítulo 1: Considerações diacrônicas e sincrônicas acerca da revisão; Capítulo 2: Discussões sobre gênero; Capítulo 3: Metodologia; Capítulo 4: Revisão à luz da teoria de gênero; Conclusão.

1 CONSIDERAÇÕES DIACRÔNICAS E SINCRÔNICAS ACERCA DA REVISÃO

Na medida em que se lança olhar ao aspecto sociodiscursivo do texto – aos elementos que se constituem em decorrência da prática social e discursiva em que ele está inserido –, haja vista a necessidade de uma visão integrada de sua configuração sintática, do seu processo de construção de sentido e de seu gênero, tem-se em mente que o bom revisor não prescinde das normas gramaticais, mas está ciente de que não lhe basta esse conhecimento para fundamentar possíveis interferências em nível macro, tampouco para conferir, de fato, melhora aos textos revisados. Nessa perspectiva, Rocha (2012) repensou a atuação dos revisores e sugeriu a revisão de gêneros. Isto posto, é válido iniciar este trabalho com algumas considerações acerca desse ofício, ainda cercado de mitos e de muitos desafios, carecendo de mais discussões que contribuam para o seu aprimoramento.

Ildete Oliveira Pinto que, por muitos anos, atuou como preparador de textos em renomadas editoras, fez publicar um importante trabalho em 1993. Trata-se do *Livro: manual de preparação e revisão*, cujo objetivo era demonstrar as etapas às quais os textos são submetidos no dia a dia das editoras e auxiliar profissionais da área. Pinto, em capítulo próprio, define o perfil e a função do revisor, frisando referir-se, na obra em questão, ao revisor de provas, que teria por "incumbência o cotejo da prova com o original sem compromisso com o conteúdo do texto e limitado apenas aos erros tipográficos" (PINTO, 1993, p.125). No entanto, Pinto salienta que as editoras, apesar de reconhecerem essa função do revisor, já esperavam, à época, que esse profissional pudesse ir além. Essas maiores expectativas em torno das habilidades do revisor serão demonstradas ao longo destas considerações diacrônicas e sincrônicas.

O *Manual de Redação e Revisão*, de Medeiros *et al.* (1995), também preconiza a atuação do revisor de português sem abordar os aspectos não linguísticos do texto, o contexto, as eventuais dissonâncias de conteúdo, atentando-se em destacar condutas em favor da simplificação, defendendo que:

O princípio que rege a organização do trabalho de revisão é o do respeito ao original e o da simplificação de emendas, entendida esta como forma mais eficaz para conduzir a leitura e a correção. Assim, a simplificação dos trabalhos orienta apenas para a emenda gramatical. Emendas subjetivas, não defensáveis pela gramática, não têm lugar nesse momento. (MEDEIROS *et al.* 1985, p. 87)

Ou seja, Medeiros *et al.* (1995) também vão ao encontro do que se preceituava à época, defendendo a atuação do revisor/corretor, sintético e pontual nas suas observações. Os autores orientam o revisor a se pronunciar somente acerca do que pode ser “defensável pela gramática”, limitando a atuação do revisor e suas possíveis interferências.

Luiz Roberto Malta (2000), em seu *Manual do Revisor*, inicia por definir o que é revisão e o faz esclarecendo, antes de mais nada, a diferença entre revisar livros e outros materiais (entre eles jornais e revistas), no intuito de evidenciar uma certa diferença de responsabilidades, tendo em vista a característica dos livros de se eternizarem mais que as demais publicações. O autor aborda, portanto, a importante tarefa do revisor de livros. Ao observar seus conceitos e relatos de uma vasta experiência na área editorial, nota-se o quanto as definições acerca de revisão foram evoluindo ao longo dos anos e tomando diferentes configurações, cada vez mais complexas e com novas atribuições.

Malta define categoricamente as características de um bom revisor, sem abordar a importância do reconhecimento e do respeito ao gênero no processo da revisão. Percebe-se, até certo ponto, uma visão reducionista do revisor à época, caracterizando-o acima de tudo como um perito das regras gramaticais. Para o autor:

Antes de mais nada, ser revisor exige ótimo conhecimento de português. Em matéria de regras de acentuação, regência, crase, por exemplo, o revisor tem de estar convicto, seguro, senhor de si, isto é, senhor do seu conhecimento. (..) Um mergulho sério numa das diversas gramáticas, deixando de lado as partes de metrificação, fonemas e outras que não têm interesse prático para e na revisão. (MALTA, 2000, p. 27)

Não há o que se questionar quanto à necessidade de o revisor estar bem preparado no que diz respeito a conhecimentos gramaticais, conforme ressaltado anteriormente. Por óbvio, essa habilidade é indispensável ao exercício da profissão. Contudo, o que se observa é que, nos requisitos de um bom revisor elencados por Malta, não consta a característica do revisor que atua além do

processo de correção. No entanto, a percepção contemporânea sobre revisão de textos está, aos poucos, deixando de relacionar essa profissão estritamente ao policiamento linguístico adotando, nas discussões mais recentes, posturas mais flexíveis, posicionando o revisor diante da perspectiva sociolinguística da língua e considerando aspectos mais complexos da produção textual a serem observados por ele.

Aristides Coelho Neto (2008), por exemplo, em publicação mais recente, com um viés mais linguístico e com uma visão mais complexa da atividade de revisão, apesar de acentuar a necessidade indispensável de domínio do código a ser utilizado – a língua portuguesa, bem como de se conhecer bem as leis combinatórias que regem o português –, destaca, ao mesmo tempo, a necessidade de outros requisitos não menos importantes:

No caso do revisor, este tem de reconhecer (ou ter intimidade com) os diversos tipos de textos que seguem os parâmetros da norma culta: narrativos (romances, contos), descritivos (relatórios, atas) dissertativos/argumentativos (teses, ensaios, monografias), poéticos (poemas), dramáticos (peças teatrais), epistolares (correspondências em geral). Além de conhecer as diferentes finalidades e funções linguísticas desses textos, deve o revisor saber das formas de expressões adequadas a cada situação: as polidas, as cerimoniais, as diretas (sem rodeios), as informais, até mesmo as gírias, e as populares, que muitas vezes merecem ser preservadas num texto. (COELHO NETO, 2008, p. 81)

Sem pretensão de discutir neste capítulo as diferenças pontuais que existem entre gênero e tipo textual, cabe destacar que, apesar de não fazer uso do termo *gênero*, Aristides exemplificou com precisão o dever do revisor de se atentar à norma, mas adequando-a ao registro do texto, à prática discursiva que deu origem à materialização de um determinado discurso. Essa é uma visão integrada que se defende aqui, acreditando, pois, que não é exclusivamente na gramática que está calcado o conhecimento do revisor, não é nessa referência que se buscam "formas de expressões adequadas a cada situação". Se assim o fosse, em algum momento, surgiriam lacunas nas *práxis* da revisão. As quais serão demonstradas mais adiante¹.

¹ Capítulo 4.

Ribeiro e D'Andrea (2010), por sua vez, estabeleceram relações entre o conceito de reescrita e de retextualização e a atividade profissional do revisor². Propuseram uma reflexão sobre o processo de reescrita que surge naturalmente de revisões efetuadas no texto. Conscientes do alerta que Malta (2008) e Medeiros *et. al* (1995) fazem aos revisores para não se meterem a autores, bem como das distinções estabelecidas entre a atividade de copidesque e revisão, Ribeiro e D'Andrea (2010) consideram que, tratando a reescrita e a revisão como equivalentes ou distintas, o revisor, ainda que atue apenas nas provas de um livro, está, em alguma medida, reescrevendo, com o propósito de conferir melhora ao texto, mas sempre prevalecendo o respeito ao original.

Para eles, portanto, mais do que intervenções de caráter meramente linguístico, interessa à revisão a adequação de um texto a determinadas situações comunicativas. O revisor não pode, arbitrariamente, promover mudanças tipológicas ou genéricas no texto – alterando uma dissertação a ponto de que se torne um texto meramente expositivo, por exemplo, ou desconfigurar as funções do gênero em questão –, mas deve sugerir interferências e realizar ajustes de maneira a melhor adequá-lo ao seu propósito. Sob essa ótica, o campo de atuação do revisor também se altera consideravelmente, mais uma vez extrapolando o manuseio de construções sintáticas e reconhecendo que, em algum momento, estará o revisor diante da necessidade de aprimorar o texto em sentido macro, seja em busca de adequações ao gênero, seja de melhorias na construção de sentido ou do processo de retextualização que deu origem a determinado texto.

Assim como Coelho Neto, Públio Athayde (2011, p. 7), em publicação recente, que ele destaca ser uma obra de revisor para revisor, tendo em vista atuar nessa área há longa data, acentua a diferença entre a revisão e a correção de textos e o faz, precipuamente, para destacar, em seguida, que, além da busca por incorreções e por adequação dos recursos linguísticos, o revisor também deve:

Estar apto a trabalhar com textos de diferentes tipos e gêneros, sendo hábil em confrontá-los com outros do mesmo gênero e em diferenciar vários registros de língua em cada especificidade. (ATHAYDE, 2011, p. 15).

² Aqui não se pretende problematizar as questões referente aos conceitos e categorizações de retextualização e reescrita, que por ora se confundem.

Isto posto, é notável que as concepções acerca do papel do revisor foram evoluindo ao longo do tempo. Na sociedade contemporânea, foram surgindo múltiplas faces da revisão de textos e, conseqüentemente, muitas discussões a seu respeito. Todavia, esse tema ainda demanda reflexões acerca de sua prática e de seus objetivos.

Alguns pesquisadores, menos ainda do que se espera, lançaram olhar a essa nova visão sobre a revisão textual. Mestres que são referência e inspiração deste trabalho, entre eles, Harrison Rocha (2012)³ e Denise Macedo (2013), que abordaram, respectivamente, a revisão sob a ótica do Gênero Discursivo e da Análise do Discurso Crítica e da Multimodalidade. Sem a pretensão de sequer complementá-los, haja vista a complexidade e a maestria das referidas pesquisas, este estudo tem seguimentos similares, buscando explorar teorias e situações práticas da revisão crítica que corroboram essas visões mais abrangentes do Revisor de Textos, do Revisor de Gêneros.

Macedo (2013) defende que não foram apenas os limites da revisão e as competências dos revisores que se alargaram ao longo do tempo, mas a forma de se produzir e de se consumir textos, os quais alcançaram uma nova configuração na sociedade contemporânea devido aos avanços tecnológicos e ao novo perfil de uma sociedade cada vez mais letrada. Dessas inovações, obviamente, surgiram novos gêneros, novas formas de linguagem, novos desafios, novas metodologias, novas interpretações críticas. Portanto, no desenrolar dessas considerações, percebem-se os novos contornos atribuídos à revisão de textos, que apontam para mais profundidade nas atividades do revisor, conduzindo-nos à percepção de que o processo de revisão crítica, “ideologicamente consciente e discursivamente motivado” (ROCHA, 2012, p. 17), aos poucos foi sendo reconhecido como indispensável àqueles que trabalham em favor dos textos, tornando-os adequados à leitura e ao respectivo propósito comunicacional de sua prática discursiva.

Com base nessas reflexões e ciente do quanto foi sendo ampliado o rol de habilidades e de conhecimento dos revisores à medida que se configurava uma nova visão da revisão de textos, faz sentido finalizar este capítulo com os dizeres de Seán Jannet, citados por Antônio Houaiss, que, apesar de uma dosagem irônica nas

³ Harrison Rocha foi quem propôs a visão do Revisor de Gêneros e essa teoria será explorada no Capítulo IV Revisão de textos à luz da teoria do gênero

suas observações, faz-nos materializar a grande expectativa que recai sobre os revisores:

As qualificações requeridas dele são extensas. Deve ter olho agudo e mente aberta para reconhecer num átimo as cacografias; e deve reconhecer os desenhos dos tipos que se lhe apresentam, mesmo com uma só letra. Deve ser capaz de grafar quase tudo sem recurso ao dicionário [...]. Deve ser hábil para ler o mais caruncho e ilegível dos manuscritos, e lê-o corretamente – e os autores, como os doutores, possuem notoriamente vezos arbitrários e desarrazoados. Idealmente, deveria conhecer cada data de livro de história e ter ademais íntimo convívio com a significação e a feição de cada palavra do ou fora do *Dicionário inglês de Oxford*. Deveria conhecer cada frase de Shakespeare ou da *Bíblia* e estar em condições de pinçar qualquer falsa citação vertente. Deveria conhecer tudo sobre religião comparada tanto sobre economia, sobre política, sobre ciência quanto possível – e sobre arte também, por certo. De fato, deveria ter o mais amplo conhecimento, cujo valor seria maior se pudesse falar e escrever, digamos, uma dúzia de línguas.

Num paradigma, que existe, dessa natureza, seria ele um louco se não encontrasse, ato contínuo, um emprego mais rendoso do que numa casa impressora. O revisor faz o que pode e não raro fá-lo surpreendentemente bem.

Não é necessariamente um velho, arcado ao peso dos anos, da experiência e dos graus universitários [...]. Deveria ter, e geralmente tem, largo conhecimento da tipografia, pois esse conhecimento lhe é útil, mais, essencial em seu trabalho; e detém também um armazenamento de fatos apreendidos dos livros que reviu, ou colhidos aqui e ali, pois tudo de que ele possa assenhorar-se é potencialmente útil a ele. (1967, p. 81 apud PINTO, 1993, p. 125)

A imagem que se tinha do revisor, como fiscal das normas gramaticais, apesar de redutora, não deixava de exigir desse profissional uma postura de excelência contínua, era preciso ser conhecedor de todos os preceitos e aplicá-los sem desvios. Depois, surgiram novas perspectivas que aumentaram consideravelmente o âmbito de atuação do revisor, exigindo-lhe, além dos conhecimentos gramaticais, habilidades de leitura crítica e de apresentação de recursos que aprimorassem também a construção de sentido, deixando-o diante do impasse de aprofundar interferências sem prejudicar a autoria. Por fim, era preciso se tornar, por instantes, sujeito da situação comunicativa da qual se originava o texto, ou seja, era necessário dialogar com o gênero, conforme será demonstrado mais adiante.

2 GÊNEROS DISCURSIVOS

Marcuschi (2014, p. 22) propõe que todo uso e funcionamento significativo da linguagem se dá em textos e em discursos produzidos e recebidos em situações enunciativas ligadas a domínios discursivos da vida cotidiana e realizados em gêneros que circulam na sociedade. Nessa perspectiva, vale indagar se é possível revisar um texto dando primazia apenas ao seu aspecto sintático. Se assim se proceder, certamente haverá lacunas nesse trabalho, por tratar-se de um nível de intervenção que não acompanha a diversidade textual e a variedade de gêneros existentes. Portanto, ao reconhecer os textos sob a ótica de seus respectivos gêneros, alcança-se o conceito de Beaugrande (1997 apud MARCUSCHI, 2014, p. 72), que trata o texto como um evento comunicativo em que convergem ações linguísticas, sociais e cognitivas.

Ao se perceber a complexidade de construção de um texto como materialização do discurso, fica evidente a dificuldade que se teria ao se propor regras para a produção de todos os gêneros textuais, resultantes das mais diversas práticas discursivas, o que corrobora a ideia defendida neste trabalho, de que em algum momento surgirão embates diante de textos para os quais se exauram os conhecimentos gramaticais, necessitando o revisor de habilidades conceituais e práticas que extrapolem os preceitos da gramática normativa. Tem-se o primeiro desafio do revisor de textos: compreender o papel importante do gênero na determinação da estrutura textual, de forma a reconhecer que não se pode separar o texto de seu contexto discursivo, não se pode revisá-lo lançando olhar unicamente à sua configuração normativa.

Marcuschi (2014) lembra que a motivação inicial da Linguística de Texto foi justamente a certeza de que as teorias linguísticas tradicionais não davam conta de alguns fenômenos linguísticos que apareciam no texto. Essa área do conhecimento lançou olhar ao processo de construção de sentido, que, por vezes, faz uso da informatividade, da intertextualidade e da situacionalidade, passando a reconhecer que o conjunto de regras gramaticais não constitui por si só competência para produção textual, tampouco para interpretação por parte do leitor, o que decorre de um processo de interação e de contexto.

O que se propõe é imaginar o revisor inserido nesse debate – se o sentido, o propósito comunicacional do texto, é tão importante quanto a sua apresentação linguística e as suas condições de legibilidade. Não basta ao revisor somente o conhecimento dos preceitos da gramática normativa, apesar de eles serem fundamentais para a estabilidade textual, ora porque as normas se exaurem e nos deixam lacunas, ora porque ele (revisor), na condição de leitor, não interage com o texto somente com base em elementos presentes na superfície textual, mas reconhecendo o contexto, a fonte de sentido do que se revisa, a intertextualidade e a situacionalidade de cada texto, características essas relacionadas à prática discursiva, aqui entendida como gênero, bem como a uma ação social, e não apenas a uma entidade linguística formalmente constituída.

De maneira a assimilar a relação entre texto e gênero – cientes, antes de mais nada, de que “esta relação deve ser bem entendida e não posta como algo muito diverso” (MARCUSCHI, 2014, p. 81) –, é preciso compreender a articulação existente entre *discurso* e *texto*. O gênero está entre ambos condicionando a atividade enunciativa. São três dimensões complementares. O texto é o objeto concreto resultante de um ato de enunciação, de uma prática discursiva. “Gêneros são modelos correspondentes a formas sociais reconhecíveis nas situações de comunicação em que ocorrem.” (MARCUSCHI, 2014, p. 84)

Na concepção de Marcuschi, o gênero é uma espécie de condicionador de atividades discursivas que resultam em escolhas de textualização, que leva consigo uma série de consequências formais e funcionais e representa dois aspectos importantes:

(a) gestão enunciativa (escolha dos planos de enunciação, modos discursivos e tipos textuais);

(b) composicionalidade (identificação de unidades ou subunidades textuais que dizem respeito à sequenciação e ao encadeamento e linearização textual) (MARCUSCHI 2014, p. 85).

É como se a decisão de textualização dependesse antes da escolha do gênero, que por sua vez está inserido em um discurso. Como poderia a revisão atender-se somente aos aspectos textuais se a configuração desse texto está naturalmente associada ao seu respectivo gênero? As adequações e as

inadequações somente serão assim definidas se correlacionadas ao gênero em questão.

Imaginem a seguinte situação hipotética: solicita-se a um assessor parlamentar de um determinado senador da República que redija uma correspondência oficial ao Ministro da Educação, situação na qual cabe um discurso característico. Esse discurso se inicia com a escolha do gênero, ou seja, quando se opta por um ofício, e não por uma mensagem de e-mail, condiciona-se uma determinada esquematização textual. A escolha lexical, a abordagem do assunto e a seleção da linguagem seguem a decisão do gênero e seu funcionamento discursivo no contexto pretendido. Para Marcuschi, da decisão por um gênero que produz determinado discurso surgem textos ancorados no contexto situacional e em aspectos internos – estes ditos por ele como co-textuais, que são os próprios elementos do texto, sintáticos e morfológicos em geral. Os contextuais são aqueles estabelecidos entre o texto e a sua situacionalidade. Ou seja, ao se redigir o referido ofício direcionado ao Ministro da Educação, o redator deveria se ater à adequação da linguagem, assim como ao nicho significativo do texto, bem como à construção apropriada de sentido.

Da mesma forma, estaria o revisor condicionado a esses aspectos, devendo, pois, avaliar as características linguísticas do texto, mas também o seu processo de construção de sentido; se ambos estão apropriados ao gênero em questão, à situação comunicacional em que o texto está inserido. Imagine-se o quanto seria importante a colaboração do revisor ao questionar determinada escolha lexical que compromete a relação de poder existente entre as autoridades envolvidas, ou ao propor mecanismos linguísticos que promovam maior clareza à redação, de forma a deixá-la apropriada à compreensão do cidadão comum, que tem interesses envolvidos no teor do documento.

Suponha-se que o assunto da referida correspondência fosse a liberação de recursos para despesas de custeio de uma organização social vinculada a uma instituição religiosa, que presta serviços de educação profissional de nível técnico no berço eleitoral do Senador “x”. Nesse contexto, a redação deveria ser construída de forma a apresentar uma solicitação ao Ministério da Educação, uma espécie de pedido, que não pode ser invasivo, impositivo, nem deve

parecer um simples pedido de uma pessoa em relação de inferioridade, pois o parlamentar tem como objetivo fazer *lobby* e se promover com todos os envolvidos nos projetos daquela instituição educacional/religiosa, em condição de superioridade. Ademais, a questão de viabilidade legal deve ser observada no texto. A um parlamentar não cabe a gestão de recursos federais do Poder Executivo, assim como não se deve solicitar recursos orçamentários arbitrariamente, o que comprometeria a imagem ética do parlamentar e poderia inclusive prejudicar, de alguma maneira, o seu mandato. No entanto, é necessário acolher, de alguma forma, o que lhe foi solicitado, ou ao menos passar a impressão de que algo foi de fato feito.

Todo esse contexto deve ser reconhecido antes de se redigir e antes de se revisar a suposta redação. A adequação vocabular, os pronomes de tratamento, o respeito à norma padrão, por óbvio, devem ser avaliados, mas a primazia sem dúvida recai sobre os aspectos macros da correspondência. Em suma, os profissionais que tivessem que trabalhar na construção desse documento deveriam tratar dos elementos que Marcuschi reconhece sob domínio da Linguística de Texto. São eles:

- (a) coesão superficial (nível dos constituintes linguísticos);
- (b) coerência conceitual (nível semântico, cognitivo, intersubjetivo e funcional);
- (c) sistema de pressuposições (implicações no nível pragmático da produção de sentido no plano das ações e intenções). (MARCUSCHI, 2014, p.76)

O que se pretende demonstrar com o exemplo em referência é que toda essa complexidade de observação que precede a atividade de revisão não encontra fundamentos apenas na gramática normativa. Esses elementos não estão preceituados na gramática. É certo que os aspectos formais da linguagem influenciam a progressão de ideias, mas o que determina de fato a sequência é uma relação muito complexa e não há regras fixas para isso. “O conhecimento de gênero, que depende de conhecimento além daqueles relevantes ao próprio texto, é uma ferramenta primordial para quem trabalha com textos em situações profissionais”. (HEMAIS; RODRIGUES, 2007, p. 110)

Na questão exemplificada, fica evidente que o gênero é o condicionante de todos esses elementos abordados e lembrados por Marcuschi (2014). Os elementos de coesão, por exemplo, são mais formais na redação oficial; a coerência, a forma de se fazer sentido é singular nessa espécie de gênero, pois o discurso é político, permeado por ideologias e por relações de poder que, ora são evidentes, ora se escondem atrás de informações genéricas e pouco comprometedoras dos sujeitos envolvidos; o consumo desses textos acaba se tornando abrangente em razão do princípio da publicidade inerente às ações públicas, bem como pelo envolvimento, na maioria das vezes, de interesses da população e pela divulgação na mídia e apreciação do Poder Judiciário. Enfim, o gênero é o articulador entre as ações e intenções do discurso e a forma como são impressas no texto.

Ao se chegar neste ponto, conclui-se o papel determinante do gênero nas escolhas exemplificadas nessa situação hipotética. É como se o gênero, comandado por orientações discursivas, condicionasse por sua vez todo o processo de textualização. Essa ideia de articulação entre discurso e texto, estando o gênero entre ambos, funcionando como condicionador de escolhas, é esclarecedora e nos faz entender que as decisões de textualização que aquele assessor teve de tomar estavam relacionadas ao gênero. Seriam diferentes se a prática discursiva fosse diferente, se os sujeitos fossem outros, se a relação de consumo do texto fosse outra, se o gênero fosse outro. Isso porque “cada gênero tem um propósito bastante claro que o determina e lhe dá uma esfera de circulação”. (MARCUSCHI, 2014. p. 150). É nesse sentido que surgem as adequações e inadequações de textualização, pois, além da estrutura textual, o gênero define as ações de ordem comunicativa e as estratégias convencionais para atingir determinados objetivos. (MARCUSCHI, 2014, p. 150)

O estudo de gênero não é algo muito recente, mas Marcuschi acentua que hoje esse assunto está na moda e em uma perspectiva diferente, mais multidisciplinar. Assim, para o autor:

A análise de gênero engloba uma análise do texto e do discurso e uma descrição da língua e visão da sociedade, e ainda tenta responder a questões de natureza sociocultural no uso da língua de maneira geral. O trato do gênero diz respeito ao trato da língua em seu cotidiano nas mais diversas formas. (MARCUSCHI, 2014, p. 149)

Por essa razão é tão abrangente o estudo de gêneros, daí as dificuldades de definir todas as suas formas e funções. Por isso falham os estudos estritamente formais ou estruturais, por serem os gêneros entidades dinâmicas, cujos limites e demarcações se tornam fluidos. Toda manifestação verbal se dá por meio de textos realizados em algum gênero. As pessoas estão submetidas a uma variedade deles, do que decorre o traço sociointerativo da produção linguística. (MARCUSCHI, 2014, p. 154)

Para Fairclough (2001, p. 81) – que apesar de abordar recursos mais abrangentes do que este estudo pretende demonstrar, contribuindo sobremaneira como o olhar discursivo dos gêneros sob a ótica que se vislumbra alcançar –, “um gênero implica não somente um tipo particular de texto, mas processos particulares de produção, distribuição e consumo de textos”. Nesse cenário, Meurer (2007) esclarece que cada gênero, portanto, ocorre em determinado contexto e envolve diferentes agentes que o produzem e o consomem (leem e interpretam). Percebe-se isso no exemplo aplicado anteriormente. Se aquela situação hipotética for fixada nos conceitos de Fairclough sobre prática discursiva, na qual se dá o gênero, identificam-se os recursos sociocognitivos de quem produz, distribui e interpreta o texto, bem como as exigências linguísticas e as convenções típicas que são relativas ao gênero em questão.

A noção de gênero nesse entendimento discursivo também nos remete às abordagens de Swales (1990). A ideia que permeia o pensamento do autor é a de que o texto deve ser visto em seu contexto e não pode ser completamente entendido e interpretado apenas por meio de uma análise de elementos linguísticos (HEMAIS; RODRIGUES, 2007, p. 110), o que corrobora o entendimento de Marcuschi (2014) abordado neste trabalho, que leva em consideração o contexto do discurso. Swales (1990) argumenta ainda que o reconhecimento em torno do texto em si é insuficiente para quem precisa redigir e trabalhar com textos em situações profissionais.

A abordagem desenvolvida por Swales (1990) sobre gênero, segundo estudo de Herais e Rodrigues (2007), recebe influências da Linguística, bem como da Análise do Discurso, e é balizada por uma perspectiva sociorretórica que enfatiza o propósito comunicativo como elemento central. Swales destaca a falta de clareza no conceito de gênero e tenta elucidar questões que fazem com que o uso do gênero não seja produtivo ao ensino da linguagem e seja alvo de críticas. Apesar de a teoria de Swales ser destinada a aplicações no ambiente acadêmico e nas profissões,

acaba indo além desse contexto por ser muito abrangente. Para o autor, a linguagem realiza o registro⁴ e o registro realiza o gênero, que, por sua vez, realiza propósitos sociais pelo discurso. “Os gêneros são a forma pela qual se faz as coisas quando a linguagem é usada para realiza-las”. (MARTIN, 1985, p. 250 apud HEMAIS; RODRIGUES, 2007, p. 112).

A definição de gênero formulada por Swales é a ideia de classe de eventos, conforme descrito por Hemais e Rodrigues (2007, p. 113):

O gênero é uma classe de eventos comunicativos, sendo o evento uma situação em que a linguagem verbal tem um papel significativo e indispensável. O evento comunicativo é constituído do discurso, dos participantes, da função do discurso e do ambiente onde o discurso é produzido e recebido.

Esses eventos comunicativos compartilham propósitos comunicativos. É por meio do gênero que se realiza determinado objetivo. Dessa forma, quando foi apresentada aquela situação hipotética de produção textual de um ofício ao Ministro da Educação, subscrito por um senador da República, era preciso situar o evento comunicativo em questão, contextualizar o discurso em que estava inserido, identificar os participantes envolvidos na situação comunicacional, bem como o ambiente de produção e de consumo do texto. Ademais, era indispensável reconhecer o seu propósito, pois o objetivo comunicativo é o critério de maior importância para a escolha de determinado gênero. Para Swales (1990 apud HEMAIS; RODRIGUES, 2007, p. 114):

O propósito comunicativo é o critério que é privilegiado e que faz com que o escopo do gênero se mantenha enfocado estreitamente em determinada ação retórica compatível com o gênero. Além do propósito, os exemplares do gênero demonstram padrões semelhantes, mas com variações em termos de estrutura, estilo, conteúdo e público-alvo.

Sob essa ótica, os gêneros são os veículos comunicativos que realizam objetivos. Por essa razão, para muitos pesquisadores, ainda hoje, o propósito comunicativo é elemento essencial no estudo de gêneros. Aos poucos, a sociorretórica⁵ foi deixando de considerá-lo como algo central, e o próprio Swales⁶,

⁴ O termo Registro, segundo as autoras em referência, é um conceito da teoria sistêmico-funcional, que de alguma forma se funde com gênero, mas é entendido como variação da linguagem.

⁵ O estudo de Biasi-Rodrigues (2007) evidencia que o conceito de propósito comunicativo deixou de ser central para a sócioretórica, segundo GONÇALVES, S.P.C (Cadernos da FUCAMP, v.11, n.15, p.129-146/2012).

⁶ GONÇALVES, S.P.C (Cadernos da FUCAMP, v.11, n.15, p.129-146/2012) lembra que, em 2001, Swales em, juntamente com Askehave, repensaram a posição de centralidade do propósito comunicativo no estudo de gênero.

em 2001, repensou essa centralidade, passando a reconhecê-lo apenas como elemento que deve ser considerado no estudo de gêneros.

A despeito de ressaltar essa mudança de entendimento, o que se pretende absorver das concepções de Swales é a imperiosidade de se admitir o objetivo comunicacional como requisito prévio para escolha do gênero e conseqüentemente para a construção da textualização. De forma análoga, é como se o gênero fosse o percurso a ser traçado para se atingir determinado objetivo. Suponha-se que alguém que deseja emagrecer (objetivo definido previamente) estipule uma rotina de atividades físicas e dietas. Se os mecanismos e elementos utilizados não forem apropriados ao percurso que de fato o levará ao objetivo almejado, o propósito se perde no caminho. Na linguagem, o objetivo tem origem no discurso, surge de uma ação social. Para se alcançá-lo, é necessário que a comunicação se dê da maneira apropriada à situação enunciativa, ou seja, ao gênero, à prática discursiva que levará aos objetivos, que se materializam no texto. Defende-se que o propósito comunicacional é ponto de partida e de chegada do gênero, que, por sua vez, conduz o discurso ao texto.

Outro conceito importante, que vale destacar neste capítulo, é o de gênero como ação social. Para tanto, faz-se necessário recorrer às definições de Miller (1984), que considera que “compreender os gêneros socialmente pode nos ajudar a explicar como encontramos, interpretamos, reagimos e criamos textos” (MILLER, 1984 apud CARVALHO, 2007, p. 133). Miller (1984) enxerga o gênero no interior de uma situação retórica, “funcionando como resposta a situações recorrentes e definidas socialmente”, e o faz por entender que os propósitos dos usuários são componentes essenciais da situação, o que, de certa forma, dialoga com as discussões que acabaram de ser apresentadas. Para a autora, é preciso que se perceba, na situação retórica (entendida aqui como prática discursiva recorrente e interpretada socialmente), não apenas as características do contexto, mas também a motivação dos participantes do discurso, assim como os efeitos por ele pretendidos ou percebidos (MILLER, 1984 apud CARVALHO, 2007, p. 133). Reconhecer o gênero como uma ação, inserido em condições recorrentes que envolvem um contexto social, é o que propõe Miller. A ação ocupa um lugar de destaque, “ pois é por meio dela que criamos o conhecimento e capacidade

necessários à reprodução da estrutura". (MILLER, 1984 apud CARVALHO, 2007, p. 135).

Carvalho, por sua vez, explica que "o gênero tem um potencial estruturador da ação social porque é elo e o mediador entre o particular e o público, entre o indivíduo e a comunidade". (CARVALHO, 2007, p.135). Por fim, resume o entendimento de Miller (1984) da seguinte maneira:

O conceito de gênero como ação social tem como proposta central a visão de que um texto, enquanto exemplar de um gênero, não pode ser entendido como entidade linguística apenas, pois é ação que reflete características de situações retóricas recorrentes. (MILLER, 1984 apud CARVALHO, 2007, p. 135)

O conceito de gênero como ação social se torna importante neste estudo, haja vista que, mais uma vez, a teoria comprova a abrangência das dimensões de gênero e, conseqüentemente, a complexidade de se revisar textos, reconhecendo que a existência deles (textos) se dá por meio do gênero, bem como as suas adequações e inadequações. Se os gêneros são constituídos em diferentes interações sociais, por indivíduos caracterizados por suas ideologias e inseridos em um determinado contexto sócio-histórico e cultural, por trás do gênero há sujeitos agindo socialmente. Portanto, como seria possível avaliar, interpretar, aprimorar ou revisar textos desconsiderando essa faceta, o seu propósito e os diversos usos da linguagem que são realizados socialmente?

A manifestação textual concreta depende das interações sociais e é o gênero quem estrutura, organiza e regula essas interações. O gênero é o nexos entre ações dos indivíduos e um contexto definido socialmente, portanto, seria impossível compreender por que o discurso se materializa da forma que o faz somente pela análise textual em si (CARVALHO, 2007, p. 149). Vale também caracterizar os gêneros do discurso conforme Bakhtin o fez, inserindo-o no contexto dos enunciados, orais ou escritos, que emanam dos indivíduos de todas as esferas da atividade humana. Bakhtin destaca que:

O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais -, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. (BAKHTIN, 1992, p. 279)

Entende-se que Bakhtin, portanto, corrobora a ideia defendida no presente trabalho, de que seria apropriado analisar o texto verificando os recursos linguísticos e sua construção composicional, bem como a finalidade dele, que, por sua vez, está inserida em esferas da atividade humana que dão origem aos gêneros do discurso. Bakhtin (1992, p. 279) vai mais além ao afirmar que as pessoas se comunicam, falam e escrevem somente por meio de gêneros do discurso e os anuncia como tipos relativamente estáveis de enunciados produzidos pelas mais diversas esferas da atividade humana, uma vez que são passíveis de inovação devido a esse caráter social e interativo. Os gêneros estão no dia a dia dos sujeitos falantes e há um infindável repertório deles. Até nas conversas mais informais, por exemplo, o discurso é moldado pelo gênero em uso. Por essa razão, as modificações de um gênero ocorrem de acordo com a situação comunicativa em que estão empregados. "Um acadêmico, por exemplo, utilizará uma linguagem mais elaborada no e-mail que enviar ao seu professor do que no e-mail que enviar ao seu colega". (KOCHE; BOFF; MARINELLO, 2010, p. 11).

Bakhtin chama atenção à heterogeneidade dos gêneros do discurso justamente pela diversidade de situações comunicacionais existentes nas relações humanas e, por essa razão, estabelece a diferença entre gêneros primários e gêneros secundários:

Os gêneros secundários do discurso – o romance, o teatro, o discurso científico, o discurso ideológico, etc. – aparecem em circunstâncias de uma comunicação cultural, mais complexa e relativamente mais evoluída, principalmente escrita: artística, científica, sociopolítica. Durante o processo de sua formação, esses gêneros secundários absorvem e transmitem os gêneros primários (simples) de todas as espécies, que se constituíram em circunstância de uma comunicação verbal espontânea. (BAKHTIN, 1992, p. 281)

Sob essa perspectiva, percebe-se que os gêneros primários (simples) são decorrentes de situações comunicativas espontâneas e marcadas pela informalidade, ao passo que os gêneros secundários (complexos) são inseridos em situações mais complexas de comunicação, as quais fazem uso da linguagem mais elaborada e se constituem em esferas sociais mais formalizadas. Seriam, pois, essas distinções necessárias a uma análise que se adequaria à “natureza complexa e sutil do enunciado e abrangeria seus aspectos essenciais”. (BAKHTIN, 1992, p. 282).

O estudo e o reconhecimento dessa heterogeneidade dos gêneros são indispensáveis para a revisão de textos, haja vista que os enunciados concretos – a materialização dos discursos de todas as esferas da atividade humana – são moldados de diversas maneiras em decorrência da relatividade que circunda os processos de comunicação, sendo o gênero o ponto de partida para a análise daquilo que se torna adequado e inadequado em determinada construção textual. Ao gênero caracterizado como primário por Bakhtin, seria adequada determinada escolha lexical, por exemplo, enquanto na configuração de um trabalho acadêmico, torna-se necessário o uso de elementos de coesão mais bem-formulados. Nesse percurso, surge, por óbvio, a necessidade de recorrer à gramática normativa, mas em determinados momentos e em níveis de texto, na maioria das vezes. É o que se pretende demonstrar mais adiante.

3 METODOLOGIA

A pesquisa apresenta natureza qualitativa, pois busca aprofundamento em situações do dia a dia da prática da revisão de textos, as quais corroboram teses que defendem novas perspectivas sobre essa área de atuação. Por essa razão, os objetivos sustentam-se nos pressupostos de Rocha (2012) quando afirmam a necessidade de o revisor atuar além da superfície do texto e aprofundar-se à prática discursiva da qual o texto surge, condicionando suas interferências ao que o gênero preconiza, não exclusivamente às normas gramaticais.

A estratégia adotada foi no sentido de demonstrar provas de atuação do revisor crítico, compromissado com a dialogia do texto. Para tanto, foram avaliados textos produzidos e revisados no ambiente do serviço público (e político) – ofícios de atuação parlamentar e folder com comunicado de campanha e suporte digital (*post*)-escolhidos em razão das peculiaridades dos discursos das autoridades envolvidas, evidenciando as ideologias e as relações de poder existentes na redação oficial e nas situações comunicativas nas quais estão presentes intenções de autopromoção e convencimento dos leitores.

Trata-se de uma pesquisa documental, cujos instrumentos foram materiais oriundos das atividades de trabalho na área de produção e revisão textual, bem como questionários apresentados a revisores⁷ de áreas de atuação distintas, que, por meio de suas particularidades e experiências, comprovaram o que se defende neste trabalho.

3 REVISÃO À LUZ DA TEORIA DE GÊNERO

Após percorrer algumas importantes teorias sobre gênero e reconhecer o quanto são complexas as situações de enunciação e a dinâmica que o gênero exerce entre o discurso e o texto, faz-se necessário avançar no sentido de associá-lo ao processo de revisão de textos. Para tanto, inicialmente, tem-se como referência as questões exploradas por Rocha (2012), que é quem propõe de forma vanguardista o Revisor de Gêneros, aquele que não está preocupado

⁷ Ana Alethéa Osório, revisora de textos da Editora UNB, e Simone Venske, revisora de materiais didáticos destinados a cursos de pré-vestibular.

exclusivamente com a mancha gráfica, mas que pratica a revisão crítica, “ideologicamente consciente e discursivamente motivada”. (ROCHA, 2012, p. 17)

Rocha (2012) se propôs a repensar a revisão de textos e delimitou conceitos indispensáveis a esse ofício, entre eles o de texto, do discurso e da linguagem, bem como a análise dos gêneros sob uma perspectiva discursiva e multimodal. Foi nesse sentido que surgiu o revisor de gêneros, aquele revisor de *folders*, de ofícios, de cartilhas, de manuais, de livros, de portarias, de discursos, de cartas, e de uma infinidade deles, os quais, neste capítulo, já recebem nomes específicos, próprios de cada um que faz, da sua maneira, com que o discurso se concretize em um texto, ora verbal, ora multimodal, acompanhando os usos infinitos da língua.

Rocha (2012) também compreende a revisão como uma atividade complexa, pois entende tratar-se de uma reflexão sobre o texto, envolvendo a atividade de reescrita e de retextualização. Para ele, essas atividades são equivalentes e:

Não importa o grau de intervenção que se proceda no texto-base, será sempre uma retextualização/reescrita. Uma única vírgula pode não apenas pontuar logicamente um texto, mas também ter o poder de mudar o sentido, a orientação discursiva do texto derivado. (ROCHA, 2012, p.38)

Entretanto, Rocha destaca que na atividade de reescrita/retextualização o “propósito do revisor não é alterar a estrutura do gênero e a sua função social”. Suas ações ocorrem “no sentido de fazer com que o texto adapte-se ao gênero de modo a atingir sua configuração adequada, sem alterar a sua função social”, ao passo que as interferências que promovem alterações na estrutura e na função social do gênero são consideradas por ele como resituação, o que corresponde a uma preocupação maior com a mudança na configuração do gênero em seu aspecto formal (linguístico e visual), discursivo (função social) e na organização prototípica do gênero (estrutura potencial). Nessa perspectiva, Rocha explica que:

O ato de revisar, que se realiza como resituação de um gênero, tem repercussão na função social e/ou na estrutura do gênero. Revisar um texto, a partir da resituação do gênero é adequá-lo em termos de sua natureza e função social. Isso torna a atividade de Revisão de Texto muito mais complexa. (ROCHA, 2012, p. 40)

O fenômeno discursivo do texto faz-se, portanto, indispensável ao olhar do revisor de gêneros, assim como a estrutura textual propriamente dita. Isso porque não há que se falar em texto sem discurso, não há que se falar em texto sem o gênero que o condiciona. O gênero é quem determina as adequações da linguagem e é quem nos conduz a determinado fim; é ele quem permite a realização dos discursos.

Por essa razão, quando Rocha (2012) propõe o revisor de gêneros, ele traz, ao processo de revisão, as concepções de discurso e tudo o que está inserido nessa dimensão da linguagem – a intertextualidade, a multimodalidade, a polifonia, o contexto, entre outros, sendo os preceitos da gramática normativa apenas um dos pilares de construção textual decorrente de alguns gêneros. A construção de sentido e a interpretação do texto se concretizam por razões mais abrangentes; não são pautadas exclusivamente na estrutura morfossintática do texto. A análise de um texto, sob a ótica de Rocha (2012), é abrangente e disposta em níveis:

Um para tentar construir um sentido em relação aos aspectos dos textos, observando-os como elementos da prática discursiva, em particular como ‘traços’ de processos de produção textual e como ‘pistas’ nos processos de interpretação; o outro nível consiste na análise em que se tenta construir um sentido a partir de nossa interpretação de como os textos são produzidos e interpretados. Ambos, aspectos e interpretação, são encaixados numa prática social mais ampla e são interdependentes. A ênfase da interpretação está no papel do discurso, na significação e na referência; está no constituir, reproduzir, desafiar e reestruturar os sistemas de conhecimento e crença, ou seja, na própria construção da realidade social. (ROCHA, 2012, p. 66)

Isso confirma que Rocha (2012) insere os aspectos e as interpretações dos textos em uma prática discursiva, encaixada, por sua vez, em uma prática social, seguindo o entendimento de Fairclough (2001a), ou seja, sob a ótica da Análise do Discurso Crítica. Por essa razão, propõe a revisão crítica, por entender que o revisor precisa reconhecer todos esses elementos, haja vista que as adequações de coerência, coesão, ambiguidade, construção de sentido, escolhas lexicais, entre outros, estão dispostas em razão do gênero (prática discursiva) e do discurso (prática social).

Segundo Rocha (2012), para Fairclough, por exemplo, um texto coerente “ é aquele cujas partes constituintes (episódios, frases) são relacionadas com sentido, de forma que ele ‘faça sentido’”. Rocha acrescenta, ainda, “que o texto é coerente quando faz sentido para alguém que nele vê sentido, alguém que é

capaz de inferir essas relações de sentido na ausência de elementos coesivos explícitos. ” (ROCHA, 2012, p. 69) A coerência é apenas um dos aspectos do texto ao qual o revisor deve se atentar e é produto das relações de consumo⁸ da prática discursiva em que o texto está inserido. Ele exemplifica muito bem a complexidade exigida por parte do revisor, que se aprofunda às questões macros e vai além da superfície textual, atuando em construções que não estão atreladas exclusivamente nos preceitos da gramática normativa.

Isso prova que os corretores ortográficos jamais poderão suprir o trabalho dos revisores, bem como que o serviço de revisão é algo extremamente importante nas mais diversas áreas que primam pela qualidade do serviço, pois “além de ser apresentado sem erros básicos de ortografia e concordância, é necessário que o texto seja coerente”. (ATHAYDE, 2011, p. 15) Para Athayde (2011, p. 18), “o revisor não empreende uma leitura como qualquer outra pessoa; ele praticamente radiografa as palavras, as frases, buscando seus meandros mais íntimos e novas possibilidades e articulações que elas ofereçam”.

A revisão crítica pode ser vista como um processo de releitura, no qual o revisor não é apenas um leitor comum, passivo, mas aquele que lança olhar a cada detalhe, tarefa essencialmente ativa que se dá com base em um campo de saber previamente constituído, não somente por normas e leis, mas por uma concepção mais ampla, que ultrapassa a gramática normativa. Na percepção de Rocha:

O papel do revisor vai muito além da Revisão tradicional em que foca apenas o material linguístico, verificando erros gramaticais, ou seja, da forma escrita. Percebi, por exemplo, que é preciso estar atento ao contexto em que se insere o material revisado, incluindo-se os discursos que se projetam e as ideologias que o permeiam. (ROCHA, 2012, p. 83)

Tendo em vista que Rocha (2012) e Athayde (2011) chamam a atenção dos revisores aos aspectos macroestruturais do texto, ancorados em estruturas maiores e na semântica global da construção textual – não apenas na estrutura linear e nos códigos linguísticos –, cabe exemplificar uma situação pontual na qual se observa essa necessidade de reconhecimento dos discursos e das suas ideologias, sem a pretensão, ressalta-se, de aprofundamento nas teorias da Análise do Discurso Crítica.

⁸ Inserir explicações sobre o que Flairclough considera prática discursiva e consumo

Suponha-se que, mais uma vez no domínio político, um suplente do parlamentar “x” seja empossado em virtude da licença deste. Em razão da posse, os veículos de comunicação do seu estado de origem noticiam a ocasião dando ampla divulgação. Em seguida, o suplente empossado pede ao redator que redija correspondências a essas instituições registrando agradecimentos e se colocando à disposição deles. O discurso a ser imprimido é de um político disponível a sugestões e à realização de um mandato bem-sucedido – não de um novo parlamentar em busca de visibilidade, haja vista que o mandato é curto. Por ora, será avaliado o primeiro parágrafo.

Assunto: **Agradecimento.**

Senhora Diretora,

1. Ao cumprimentá-la, venho registrar meus agradecimentos ao Sistema Correio de Comunicação em virtude da cobertura destinada à minha posse como Senador da República, no dia 08/09/2016, passando a representar o Estado da Paraíba durante o afastamento do Senador “X”.

Imagine que esse texto chegue ao revisor da repartição e ele, por sua vez, com o olhar crítico proposto por Rocha (2012), ponha-se a observá-lo em nível de discurso e de acordo com o gênero em questão – ofício, cujo modelo é preceituado pelo *Manual de Redação da Presidência da República*, com formalidades a serem respeitadas –, identificando, portanto, uma inadequação no primeiro parágrafo. Trata-se de uma escolha lexical: a palavra “afastamento”. O revisor conclui que não se trata apenas de um problema de inadequação vocabular. O problema é que esse termo pode acarretar ambiguidade nas interpretações, haja vista soar como uma ação imposta ao Senador licenciado, e, sendo o suplente, por óbvio, um aliado político do parlamentar ausente, não seria essa a intenção dele, assim como também não seria apropriado ao suplente se colocar em uma situação de inferioridade. Não seria essa a imagem que ele gostaria de passar em momento de tamanha altivez. Seria necessário encontrar uma saída alinhada ao discurso e ao

propósito do parlamentar, assim como ao gênero, e que produza os efeitos esperados quando o texto for consumido.

Como alternativa, o revisor de gênero sugere ao redator o excerto abaixo:

Assunto: **Agradecimento.**

Senhora Diretora,

1. Ao cumprimentá-la, venho registrar meus agradecimentos ao Sistema Correio de Comunicação em virtude da cobertura destinada a minha posse como Senador da República, no dia 08/09/2016, passando a representar o Estado da Paraíba durante o prazo de licença do Senador “X”, concedida nos termos regimentais.

A intenção é ressaltar sutilmente que a substituição é temporária, sem que o suplente passe a imagem de um mero estepe, bem como que o senador titular se afastou do mandato por questões regimentais, não por decisão judicial, por exemplo, o que poderia ficar subentendido no termo anterior – afastamento, devido a uma certa ambiguidade implícita. Para Rocha (2012, p. 68), “na perspectiva discursiva, a ambiguidade é uma questão semântica, mas pode ser vista como uma questão discursiva e ideológica”. Em algumas construções, esse recurso pode ser intencional e eficaz, em razão do discurso. No entanto, no caso em questão, seria inapropriado, embora pouco perceptível para quem vê o texto somente em sua superfície. É somente uma palavra, mas que, inserida nesse contexto, ocasionou um fenômeno discursivo indesejado. Sobre a ambiguidade em questão, Rocha observa que:

Pode-se falar de ambiguidade discursiva quando ela se localiza não no sentido das palavras do léxico nem na construção da frase, mas no “sentido implícito”. O mesmo enunciado pode ter uma significação de acordo com a inferência produzida pelo intérprete, que depende da posição que este esteja ocupando, do seu conhecimento de mundo, do seu interesse/intenção. (ROCHA, 2012, p. 68)

Nota-se, no referido exemplo, que a atuação do revisor se deu no nível macro dos elementos do texto, interferência aparentemente simples, mas alinhada ao sentido que se pretendia construir, portanto, indispensável ao discurso que se materializava ali. Ao revisor tradicional, certamente esse detalhe passaria

despercebido, algo aparentemente tênue, mas essencial ao compromisso de se promover melhora ao texto.

O gênero ofício é “preceituado” pelo *Manual de Redação da Presidência da República*, obra de 1991, revista e atualizada no ano de 2002, que apresenta diretrizes para a redação de atos normativos e de documentos oficiais do Poder Público. A publicação se preocupa em orientar a formatação de ofícios, bem como em elencar os sujeitos que se comunicam por meio dele, ao passo que ressalta a necessidade de clareza, de concisão e de impessoalidade na redação do texto. No entanto, deixa lacunas reais decorrentes da abrangência das práticas discursivas que ensejam a produção de um ofício, assim como no que diz respeito à prática social em que se insere e às respectivas ideologias que o circundam, pois não seria possível normatizar questões específicas em nível de discurso, e é exatamente isso que o revisor materializa ao revisar o gênero e não apenas o texto. É notável, no exemplo exposto acima, que a estrutura de um gênero como esse, inserido em um contexto de intenções individuais escondidas sob a faceta do interesse público, não deve ser revisado sem que o profissional se atenha às questões de sentido, aos recursos discursivos que fazem com que o texto se concretize de acordo com os princípios da Administração Pública, mas ao mesmo tempo em sintonia com os interesses políticos e com as ideologias desse domínio discursivo.

Alterando um pouco os sujeitos e o discurso, articulando-os a outro gênero, vale analisar o comunicado abaixo (Figura 1), o qual se resume a um informativo de campanha municipal, multimodal, que, embora aparentemente sintético, tem carga semântica complexa, intertextual e também pautada em pilares ideológicos.

Figura 1 – Comunicado de Campanha (Eleições 2016)



Fonte: Prefeitura Municipal de Campina Grande (2016)

O gênero em questão surgiu em decorrência das novas tecnologias. Trata-se de um *post* cujo suporte é o aplicativo de mensagens WhatsApp. A interação on-line propicia gêneros emergentes, que são dinâmicos, de linguagem simples – pautada por certa informalidade – e potencialmente participativos. As estruturas frasais são mais sintéticas, mas os recursos de construção de sentido são abrangentes. A natureza desse meio enunciativo, por vezes, integra sons e imagens, ademais tem peculiaridades formais que mudam nossa relação com a oralidade e com a escrita.

O referido comunicado foi publicado em razão da campanha de reeleição de um prefeito e, por ser um texto multimodal, há vários recursos que compõem o seu sentido e interpretação. Percebe-se a forma de dominação por diversos elementos simbólicos, como as cores azul e amarelo, que estão em toda figura, inclusive nos trajes das pessoas que transitam pela avenida – cores correspondentes ao partido do candidato (PSDB). Ademais, a figura nos passa a imagem de uma cidade desenvolvida e bem-organizada, tendo em vista que o político é candidato à reeleição. São aspectos imagéticos do texto, aos quais, por vezes, o revisor também precisa se atentar⁹.

Isto posto, passe-se à oração – *Em respeito à mobilidade da cidade não faremos carreta*. Como o revisor crítico, revisor de gêneros, consideraria essa oração? Adequada ou inadequada?

Primeiramente, ao avaliar a construção do texto escrito, talvez surgissem três impasses ao revisor: 1) O complemento do termo mobilidade estaria adequado ou haveria problemas semânticos, decorrentes dessa construção sintática? 2) Essa construção não estaria permeada por ambiguidade? 3) A oração estaria adequada ao gênero e alinhada aos elementos imagéticos?

Quanto ao complemento do substantivo mobilidade, não há manuais que o preceitem. Ao recorrer aos dicionários, em ordem cronológica, o substantivo aparece no Dicionário de Sinônimos e Antônimos da Língua Portuguesa (2001), de Francisco Fernandes, como sinônimo de *inconstância*, *instabilidade*; no Dicionário

⁹ Para se atentar aos aspectos multimodais, seria produtivo o revisor conhecer as teorias da Multimodalidade, a qual, no entanto, não será explorada neste estudo.

Barsa de Sinônimos e Antônimos (2005), é também associado à *instabilidade* e à *inconstância*, acrescido dos sinônimos volubilidade e mutabilidade; no Dicionário Houaiss (2011), é definido como *infixidez*, como *locomobilidade* e *mutabilidade*; ao passo que o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa conceitua o termo *mobilidade* como a *qualidade do que é móvel*. Indo, portanto, de encontro ao significado dos respectivos sinônimos do termo mobilidade, conclui-se que o seu complemento, nessa construção, poderia ocasionar discussões acerca do sentido pretendido. Por essa razão, surgiu a segunda pergunta: Essa construção não estaria permeada por ambiguidade?

Para responder, o revisor crítico certamente se aprofundaria no discurso, que é trazido ao texto por meio do gênero em questão, antes de fazer qualquer sugestão de interferência e, somente depois disso, com embasamento teórico e bem-fundamentado, poderia avaliar se o texto escrito estaria alinhado à prática discursiva e às respectivas particularidades de estilo e composição.

Quanto à possível ambiguidade decorrente dessa construção, o impasse seria no sentido de avaliar se, em nível de discurso, ela não seria justamente um recurso intencional. Se o termo *mobilidade* for interpretado no sentido literal, a cidade de Campina Grande estaria se movendo, uma vez que o substantivo mobilidade associado ao seu complemento nos faria concluir isso, conforme observado anteriormente. Todavia, é fácil notar que talvez esse seria o propósito. A ambiguidade ali seria, de fato, percebida como um recurso intencional, uma vez que, conforme observado anteriormente, o político envolvido nessa situação comunicativa é candidato à reeleição e tem a intenção de ratificar a todo tempo a ideia de que o mandato que se finda foi promissor à cidade, promoveu desenvolvimento, mobilidade, mudanças positivas na cidade.

Em outra linha de raciocínio, também em nível de discurso, seria válido ao revisor verificar conceitos relacionados à abrangência do termo em referência – mobilidade –, o qual é associado, por vezes, à vida produtiva de uma sociedade, à forma de deslocamento e aos meios de transporte usados pelas pessoas, o que, por sua vez, leva-nos a inferir que as formas de mobilidade são influenciadas pela idade (pessoas em idade produtiva se deslocam mais, para ir à escola, ao trabalho, por exemplo), pela renda (pessoas com menos renda se deslocam menos e fazem uso

de outros meios de transporte), pelo gênero, pela escolaridade, etc. Ou seja, o termo, nesse contexto e de forma subentendida, englobaria atividades muito além do que simplesmente a ação de trafegar. A vida das pessoas influencia a mobilidade, e a mobilidade exerce influência no dia a dia da sociedade. Por essa razão, nada mais adequado que um prefeito preocupado com a mobilidade da cidade, principalmente se quer ser reeleito.

Depois de concluir se a ambiguidade faz parte do propósito da comunicação, o revisor certamente teria o compromisso em mantê-la, assim lhe surgiria o terceiro impasse: esse enunciado, como um todo, está apropriado ao gênero? Não estaria um tanto formal a uma situação comunicativa cujo suporte lhe incumbiu justamente o contrário, por se tratar de um arquivo digital a ser distribuído via WhatsApp, recurso tecnológico que faz surgir gêneros com um certo dever de ser moderno, ágil, de rápida compreensão, sem muitos contornos para repassar a informação? Essa análise não pode ser subjetiva, pautada por críticas gratuitas. É necessário embasamento, e a atuação do revisor não pode ser arbitrária. A sugestão deve ser cabível e compromissada com a melhoria do texto, com o seu propósito comunicativo.

É certo que a palavra *mobilidade* está na moda, tanto que a Secretaria de Transportes do Distrito Federal recebeu, do Governo atual, a nomenclatura de Secretaria de Mobilidade, assim como o Ministério das Cidades tem lançado cartilhas com diretrizes sobre mobilidade urbana. Talvez, justamente, pela abrangência de cunho social da palavra, conforme demonstrado anteriormente. Por essas razões, possivelmente o revisor concluiria que o problema não seria com o termo mobilidade, tampouco com o seu complemento, pois, nesse contexto, ele se torna apropriado ao sentido que se pretendeu construir. A questão seria avaliar se há problema no enunciado como um todo, isso porque a oração, como unidade da língua, é neutra, e não comporta aspectos expressivos; ela os recebe dentro do enunciado concreto, conforme observado por Bakhtin (1992, p, 309). No caso em questão, a oração só faz sentido, da maneira em que está, se associada ao discurso e ao contexto comunicativo. O fato é que a referida oração por si só, avaliada isoladamente, não sendo percebida como parte desse enunciado complexo, talvez pudesse receber interferências em sua estrutura. No entanto, se o revisor estiver atento ao enunciado como um todo, concluirá que ele está acabado e tem sentido

concreto, situado histórica e socialmente, bem como que a oração, nesse contexto, está de acordo com as intenções que a presidem, estando, portanto, alinhada à prática discursiva em questão. Questionar se seria possível fazê-lo de forma mais criativa, certamente não caberia ao revisor, pois as questões que deveriam ser avaliadas, em seu âmbito de competência, já foram realizadas com a profundidade crítica que se defende aqui. Nesse ponto, o bom senso seria preponderante.

Por meio do exemplo em referência, compreende-se, portanto, que a revisão crítica, a qual reconhece a inserção do texto em uma prática social, precisa se atentar às condições de produção da peça sob sua responsabilidade, levar em consideração o evento discursivo e considerar se o conteúdo, o gênero e o posicionamento do texto estão alinhados a ele, bem como se os aspectos inerentes à vida do texto estão em sintonia – quem sou eu, quem é meu interlocutor, como este me vê, o que dizer e como dizer. Para os revisores que assumem esse perfil – crítico e compromissado com a melhoria do texto –, a revisão é uma etapa essencial para a adequação do material a seu público e tem influência direta na recepção dos textos e até mesmo na credibilidade de quem os produz, autor ou instituição.

É por essa razão que a revisão de textos ultrapassa e muito os aspectos microtextuais, conforme comprovado em questionário anexo a este trabalho, nos quais os revisores foram indagados sobre o papel do gênero na revisão de textos, oportunidade em que responderam, tanto os que atuam em editoras, quanto os que trabalham de forma autônoma, que se atentam aos campos semântico, pragmático e ideológico para realizar interferências e apresentar sugestões ao autor. O maior desafio desses profissionais é conciliar suas funções – aprofundadas como devem ser – com as expectativas (e ego) do autor.

Os revisores também comprovaram, por meio de suas respostas, que os materiais de auxílio para a revisão – gramáticas, manuais, Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (Volp), dicionários de regência e dicionários de português – apesar de servirem de balizas para algumas tomadas de decisão, sobretudo quanto a questões controversas e não sedimentadas, deixam frequentemente lacunas, até mesmo para elementos superficiais do texto, como, por exemplo, no que diz respeito à padronização de maiúsculas, o que, na maioria das vezes, é definido em razão de estilo ou de ideologia, não por norma. Seria de bom

senso que o revisor mantivesse, por exemplo, a depender do contexto, a palavra *senador* com inicial maiúscula, como marca de poder e de autoridade do sujeito. Isso mostra as dificuldades e limitações que o revisor vai encontrar ao se basear apenas em normas para realizar seu trabalho, por ser muito frequente a ausência de normatização e por haver divergências entre manuais tidos como referência no meio da revisão. Diante disso, acaba surgindo uma miríade de manuais de estilo e de padrões próprios que, muitas vezes, mais confundem do que esclarecem.

Para os revisores, por vezes, a especificidade de um assunto extrapola o aspecto puramente linguístico e demanda um tipo de intervenção de natureza macroestrutural, chegando à esfera ideológica. A exemplo disso, uma revisora¹⁰ deixou registrado que, ao revisar a tradução de uma obra sobre escravidão, deparou-se com o termo “pessoas de cor”, possivelmente, a tradução de *people of color*, que, apesar de correta, poderia ter outras implicações semânticas. Como intervenção, a revisora optou por explicar ao autor norte-americano que a expressão poderia ter caráter pejorativo para alguns leitores brasileiros, principalmente para aqueles ligados ao Movimento Negro, provavelmente parte do público-alvo da obra. A solução sugerida foi uma inserção de nota da tradutora justificando sua escolha e fazendo ressalvas quanto às implicações semânticas e ideológicas que poderiam ser geradas. São relatos como esse que comprovam a complexidade de se revisar um texto tendo como ponto de partida o compromisso em melhorá-lo, nunca com a pretensão de desconfigurar a autoria, mas, sobretudo, reconhecendo o gênero como a baliza que orienta a revisão, condicionando as intervenções em razão disso. Atuando dessa maneira, dificilmente o revisor não atenderia às expectativas do autor e do público leitor quanto à forma e à função do texto.

Por meio do questionário aplicado em campo, também ficou claro o quanto é desafiador revisar materiais didáticos – no caso em questão, direcionados a alunos de pré-vestibular–, pois são publicações que, em regra, apresentam textos de diversos gêneros como recurso metodológico, os quais em razão das novas perspectivas de ensino, refletem o quanto isso proporciona interação e cria proximidade com a realidade dos alunos. Nessa área de atuação, o revisor tem, sob sua responsabilidade, peças discursivas heterogêneas, cuja função social é ensinar

¹⁰ Ana Alethéa Osório, revisora da Editora UNB.

com clareza, por meio de exemplos práticos capazes de fazer com que o aluno possa construir um referencial sobre o assunto. Em função da característica didática dos textos, o profissional precisa avaliar se não há traços de subjetividade do autor que possam interferir na construção do conhecimento dos discentes; os objetivos metodológicos devem ser claros ao revisor a fim de que ele possa verificar, como leitor, se os textos estão dispostos de maneira adequada à promoção de entendimento. Ademais, o revisor precisa analisar as adequações da linguagem ao que cada gênero condiciona, avaliando se o material atende às peculiaridades de cada prática discursiva que expõe, sem confundir o aluno acerca do que pode ser considerado certo ou errado em cada contexto. O que é mais peculiar a essa área de atuação é a responsabilidade de se revisar algo que será consumido por sujeitos que dependem desses textos para adquirir conhecimento. O consumo se dá por pessoas que são mais que leitores, são aprendizes.

Ressalta-se que as experiências dos revisores envolvidos no questionário são diferentes, mas, seja vinculado a uma renomada editora, seja atuando de forma autônoma, o objeto de trabalho será sempre complexo quando o gênero for reconhecido como o fator determinante, nada que possa ser comparado à atividade de correção textual. O revisor identifica, com precisão e empatia, a natureza sociocomunicativa dos textos, que são revestidos de objetivos, sujeitos e sentidos peculiares a cada prática discursiva.

Por fim, conforme observado por Rocha (2012, p. 117), “revisar texto, tendo em vista a teoria dos gêneros, significa conhecer sua natureza, sua forma de ação social e os múltiplos sentidos que os constituem”. Não é uma tarefa simples, nem superficial. A leitura deve ser sempre profunda e compromissada com todos os detalhes da peça discursiva, ponderando a produção e a recepção do texto com suas particularidades decorrentes da prática social em que está inserida.

CONCLUSÃO

É certo, pois, que as atividades de revisão de texto não se resumem à conferência ortográfica e morfossintática. Se assim o fosse, certamente seria mais fácil desempenhar esse ofício e encontrar bons revisores. O texto, visto como a materialização do discurso que se deu por meio do gênero, exige cuidados de um revisor com olhar mais complexo e aprofundado, que não se atém exclusivamente à superfície textual, mas que reconhece a necessidade de analisar o enunciado como um todo, como resultado de uma prática social e discursiva. Isso significa desafios. O revisor é constantemente desafiado pela linguagem e pelo dever de equilíbrio entre a missão de produzir melhora ao texto revisado e atender às expectativas do autor ou da instituição. As intenções do discurso precisam ser reconhecidas a cada frase que promova a construção de seu sentido. Ao revisor cabe a tarefa de se colocar no lugar do leitor final, bem como na posição de quem construiu o texto sob sua responsabilidade. Esse profissional avalia se o objetivo daquela situação sociocomunicativa será atingido, se a mensagem cumprirá sua função de forma adequada ao gênero.

O texto alinhado à prática discursiva da qual surge cumpre com eficácia o seu papel comunicativo. Por essa razão, torna-se substancial o olhar do revisor. Imagine uma carta escrita nos termos de um ofício, ou um ofício escrito com a linguagem de *chat*, um e-mail nos moldes de uma matéria jornalística, um parecer com características literárias. Se isso não for intencional, não for um recurso estilístico, a comunicação não se cumpre como deveria. Mais do que se desviar de um modelo textual apropriado, essa desconfiguração comprometeria o discurso, o início e o fim para o qual se escreve. Mesmo que não seja nessas dimensões que os desvios cheguem ao revisor, o que se conclui é que as inadequações são definidas em razão do gênero e, por mais estranhas ou sutis que pareçam, comprometem a função do enunciado. Assim, a revisão tem influência direta na recepção dos textos e até mesmo na credibilidade de quem os produz, de quem precisa atingir o leitor da forma apropriada à respectiva situação comunicativa, a qual se transforma de acordo com os sujeitos envolvidos e se configura em conformidade com os seus propósitos e ideologias.

O revisor não precisa somente de normas para atuar, mesmo porque, elas não lhe são suficientes pelo dinamismo com que a linguagem se reinventa e porque não há padrões que acompanhem o surgimento contínuo de enunciados decorrentes das relações humanas. O revisor não prescinde dos preceitos gramaticais, assim como não tem superpoderes que o façam atuar sem referenciais teóricos. O fato é que ele precisa sempre de algo mais, precisa ser sempre algo a mais, fazer diferença no texto, não o fazer diferente. Ele precisa ser leitor, um leitor de leitura refinada, que ajuda a construir as entrelinhas, ao passo que avalia o que está na superfície do texto, um leitor parceiro e não um autor frustrado, um profissional disposto a mergulhar no discurso alheio e a se reinventar diante de diferentes gêneros. A essência da revisão está na habilidade de ser leitor, e não autor, leitor do todo (discurso, gênero e texto) e não da parte (texto).

REFERÊNCIAS

- ATHAYDE, Públio. *Revisão de Textos: teoria e prática*. Belo Horizonte: Keimelion, 2011.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- COELHO NETO, Aristides. *Além da Revisão: critérios para a revisão textual*. Distrito Federal: SENAC, 2008.
- D'ANDREIA, Carlos F. B; Ribeiro, Ana Elisa. *Retextualizar e reescrever, editar e revisar: Reflexões sobre a produção de textos e as redes de produção editorial*. Disponível em <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2010/08/ARTIGO-5.pdf>.
- MACEDO, Denise Silva. *As Contribuições da Análise de Discurso Crítica e da Multimodalidade à Revisão Textual* 2013.184 p. Dissertação (Mestrado em Linguística). UNB, Brasília, 2013.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- KOCHE, V.S; BOFF, O.M.B; MARINELLO, A. F. *Leitura e Produção Textual, Gêneros textuais do argumentar e expor*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2010.
- MALTA, Luiz Roberto. *Manual do Revisor*. São Paulo: WVC,2000.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção Textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
- MEDEIROS, J.B et. al. *Manual de Redação e Revisão*. São Paulo: Atlas, 1995.
- MEURER, J.L. ed al. *Gêneros teorias, métodos, debates*. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- PINTO, Ildete Oliveira. *O livro: manual de preparação e revisão*. São Paulo: Ática, 1993.
- RIBEIRO, Ana Elisa. *Revisão de textos e "diálogo" com o autor: abordagens profissionais do processo de produção e edição textual*. Trabalho apresentado no GP Produção Editorial do IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba, PR – 4 a 7 de setembro de 2009.
- ROCHA, Harrison. *Um novo paradigma de revisão de textos: discurso, gênero e multimodalidade*. 2012, 246 p. Tese (Doutorado em Linguística). UNB, Brasília, 2012.

APÊNDICE – Questionário Aplicado aos Revisores

1. Na sua opinião e considerando suas experiências, no que consiste o processo de revisão de textos e qual é a sua importância?
2. Tendo em vista que todo profissional necessita de ferramentas de trabalho para auxiliar a execução de suas atividades laborais - sejam elas máquinas, objetos, materiais, softwares, recursos, enfim tudo o que pode vir a contribuir para que o trabalho seja concretizado e produtivo -, presume-se que o revisor de texto também os tenha. Quais seriam esses materiais e de que maneira eles se associam ao processo de revisão?
3. Explique com exemplos, se possível, se, em algum momento, esses recursos de consulta, considerados ferramentas para a revisão de texto, são insuficientes, deixando de oferecer suporte até mesmo no que diz respeito à superfície textual, ou seja, às intervenções relacionadas aos elementos lexicais, morfológicos, sintáticos e formais.
4. Explique se e quando ocorrem, no seu trabalho de revisão, situações que ensejam interferências ou sugestões que não são relacionadas exclusivamente à estrutura linguística do texto, aos elementos morfossintáticos.
5. Dê sua opinião acerca do papel do gênero para a revisão de textos.
6. Por fim, exemplifique desafios, de adequação ao gênero, percebidos em situações práticas da atividade de revisão nas quais você pôde evidenciar a complexidade de se revisar um texto sob sua responsabilidade.